

LUXEMBURGO, ROSA. **REFORMA OU REVOLUÇÃO?**
FONTE: "SOCIAL REFORM OR REVOLUTION", BY ROSA
LUXEMBURG, MILITANT PUBLICATIONS, LONDON, 1986
(NO COPYRIGHT).

RITA DE CÁSSIA FRAGA MACHADO*
ÊMILA ANDRADE DA SILVA**

No centenário de Rosa, uma forma de homenageá-la é fazer resenhas e reatualizando sua obra, foi que o que fizemos nesse trabalho. Rosa foi uma mulher potente, firme em seus ideais, inspiradora de revoluções. Que as revoluções nasçam o tempo presente exige.

Rosa Luxemburgo (1871-1919) é nascida em Zamosc, na Polônia Russa, em 05 de março. Foi uma das fundadoras do partido comunista Alemão. Luxemburgo é também conhecida por ter sido uma grande teórica e militante na época em que viveu. Em muitos textos torna-se contribuinte para as teorias sobre a condição da mulher. Conhecida como *rosa vermelha do socialismo*, seus pensamentos são considerados feministas e socialistas.

O livro "Reforma ou revolução?", escrito em 1900, refere-se às análises na época a partir das teses publicadas por Edouard Bernstein¹ que descarta em suas teses o objetivo final do socialismo

* Doutora em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na linha de pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação. Professora Adjunta na Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Pós-Doutoranda Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Bolsista PNPd/CAPES. E-mail: rmachado@uea.edu.br

** Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: emila.deandrade@gmail.com

¹ Bernstein conduz em seus escritos o abandono do objetivo final da social democracia, para apenas a reforma social. Considerando o movimento como "Tudo", o suprassumo. Induzindo que tudo se resume às lutas que precisam ser realizadas pelo proletário para obter reformas, este seria o fim. Sendo tal objetivo, segundo ele, deve ser realizado pela social democracia. Ainda no prefácio do livro surge uma dúvida que poderia estar no seio da social democracia. Questiona-se, se pode ela estar contra as reformas sociais e impor a revolução. Acreditando a social democracia que

e considera as reformas sociais essenciais². Rosa foi crítica a Bernstein poderia arriscar afirmar que esse texto *Reforma ou Revolução* é uma tese contra Bernstein.

A obra está dividida em duas partes, a primeira parte contém cinco tópicos, destacam-se estes: O Método Oportunista; A Adaptação do Capitalismo; A Realização do socialismo pelas reformas sociais; A política alfandegária e o militarismo e Conseqüências [sic] práticas e caráter geral do revisionismo. A parte II também contém cinco tópicos, são eles: O desenvolvimento econômico e o socialismo; Os sindicatos, as cooperativas e a democracia política; A conquista do poder político; A derrocada e o Oportunismo na Teoria e na prática.

No decorrer do livro Rosa mostra e crítica várias compreensões das teorias postuladas por Bernstein. O primeiro tópico intitula-se “O método oportunista”. A teoria de Bernstein, segundo Rosa, não que fosse sua ideia inicial, mas tornou-se favorável não para defender o socialismo, mas sim o sistema capitalista.

Para Luxemburgo as teorias são imagens de fenômenos do mundo exterior que refletidas no cérebro humano. Nesse sentido seriam as concepções teóricas de Bernstein imagens invertidas.

Destaca-se que:

[...] o essencial da teoria de Bernstein não é a sua concepção das tarefas práticas da social-democracia [sic], o que interessa é a tendência objectiva [sic] da evolução da sociedade capitalista que decorre paralela a essa concepção. Segundo Bernstein, um desmoronamento total do capitalismo é cada vez mais improvável porque, por um lado, o sistema capitalista demonstra uma capacidade de adaptação cada vez maior e, por outro lado, a produção é cada vez mais diferenciada. (LUXEMBURGO, 1986, p. 02).

as reformas são o meio, e a revolução seria o fim. O que nas ideias de Bernstein encontrassem opostas tais noções.

²⁴ [...] pela primeira vez, nas teses de Edouard Bernstein, tal como foram expostos nos seus artigos sobre os problemas do socialismo, publicados no Neue Zeit em 1897-1898 ou ainda no seu livro Intitulado: Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemo kratie. Toda a sua teoria visa uma única coisa: conduzir-nos ao abandono do objetivo [sic] último da social-democracia[sic], a revolução social e, inversamente, fazer da reforma social, simples meio da luta de classes, o seu fim último. O próprio Bernstein exprimiu essas opiniões da maneira mais transparente e mais característica ao escrever: “O objectivo [sic] final, qualquer que seja, não é nada; o movimento é tudo” (LUXEMBURGO, 1986, p. 01).

Em suas ideias Bernstein acredita que é impossível haver uma extinção do sistema capitalista. O primeiro fato é a inexistência de crises generalizadas, isto graças “à evolução do crédito das organizações patronais, das comunicações e dos serviços de informação”(LUXEMBURGO, 1986, p. 2). Depois pela perseverança da existência das classes médias e também por haver melhoria da situação econômica e política do proletariado.

Bernstein acredita que a luta da social democracia não deve visar à conquista do poder político, mas ir melhorando “aos poucos” a vida da classe operaria e assim instituir o socialismo de forma gradual. Por conhecer mais afundo a teoria de Bernstein, Luxemburgo afirma que esta se põe totalmente contrária aos princípios do socialismo científico.

A autora fala da ideia do socialismo, para a autora supõe-se que a decomposição do capitalismo será a partir de uma crise geral e catastrófica. Inicialmente isto ocorrerá a partir das crises internas que ocorrerão no capitalismo, até que será impossível para este existir. *Mas para ela isto é um conceito inicial da ideia fundamental.*

A saber, o socialismo científico apoia-se em três dados do capitalismo, que são:

[...] 1º, na anarquia crescente da economia capitalista que conduzirá fatalmente ao seu afundamento; 2º, sobre a socialização crescente do processo de produção que cria os primeiros fundamentos positivos da ordem social futura; 3º, finalmente, na organização e na consciência de classe cada vez maiores do proletariado e que constituem o elemento activo[sic] da revolução iminente. (LUXEMBURGO, 1986, p. 03).

Eliminando o primeiro desses três fundamentos do socialismo científico, Bernstein não acredita que o capitalismo sofrerá qualquer tipo de desmoronamento. Como supracitado, ele acredita em fatores de adaptação do modo de produção capitalista.

Sendo necessidade histórica do socialismo científico, a revolução socialista, essa busca a anarquia do sistema capitalista. Entende Luxemburgo que se admitir a tese de Bernstein é entender que “o socialismo deixa de ser uma necessidade objectiva [sic]”(LUXEMBURGO, 1986, p. 03). O que resta então os outros dois fundamentos supracitados para o Socialismo.

Bernstein acredita num fator de adaptação do capitalismo. E esse fator se refere à superação das crises econômicas que ocorrem internamente dentro do sistema; para amenizar tais

situações, entende que é necessário haver “[...] a elevação do nível de vida da classe operária, seja qual for, mesmo quando uma parte desses operários passa a pertencer à classe média, que para ele significa atenuação do antagonismo entre o capital e o trabalho”(LUXEMBURGO, 1986, p. 03). Ou seja, as fusões, os sistemas de créditos e outros “fatores de adaptação” postulados por Bernstein evitam nada mais do que a ruína do capitalismo. Restando então para o socialismo a luta por consciência de classe dos proletários, porém esta não reflete as contradições e nem o desmoronamento do capitalismo. Porque os fatores de adaptação barram seu procedimento, tendo-as como um ideal.

A primeira parte da obra termina com a reflexão sobre a teoria revisionista. Segundo Rosa a teoria revisionista dividida terá de fazer uma escolha; ou seja, entende que a sociedade alcançará o sistema socialista numa consequência, por causa das crises internas do sistema capitalista ou considerar que os “fatores de adaptação” podem sim evitar a derrocada do sistema capitalista, garantindo sua sobrevivência. E a partir desse surge outro dilema, diz a autora ou o revisionismo tem razão sobre a evolução do sistema capitalista, o que torna o socialismo uma utopia ou o socialismo não é uma utopia, o que torna os “fatores de adaptação” sem base alguma. Da mesma forma, entende-se que a ação política é isso. É necessário que a classe tome partido, ou transforma a sociedade ou reforme o sistema do capital, numa tentativa errônea de humanizar o que é impossível humanizar, o capital.

No segundo tópico “Adaptação do Capitalismo”, Luxemburgo o inicia com esta afirmação *“Os mais eficazes meios de adaptação da economia capitalista são a instituição do crédito, a melhoria dos meios de comunicação e as organizações patronais”* (LUXEMBURGO, 1986, p. 04, grifo nosso). O sistema de crédito tendo múltiplas funções, a sua mais importante ação é a de aumentar a capacidade extensiva e promover a troca. A forma de créditos é um meio de ultrapassar os limites da propriedade privada, transformado um número de capitais em somente um. Este tipo de modo é conhecido por “sistema das sociedades por ações” (LUXEMBURGO, 1986, p. 04).

Já o sistema de créditos industriais é o modo do qual os capitalistas tem seguridade em se usar os capitais estrangeiros. A autora afirma que essas duas funções do crédito, influenciam na formação das crises existentes no sistema capitalista. Sabendo-se que as crises surgem a partir das contradições que existem entre a expansão da produção e a capacidade de consumo do mercado.

Nesse sentido, o crédito é uma forma essencial para destruir essa contradição quantas vezes lhe forem possível fazê-la.

O sistema de crédito em primeiro lugar aumenta em grande quantidade a capacidade de extensão da produção. Torna-se nesse sentido a força motriz que ultrapassa firmemente os limites do mercado. Luxemburgo diz que esse processo é uma “faca de dois gumes”. Tendo como qualidade o fator de produção, o crédito contribui para a superprodução. Mas na sua qualidade como fator de troca, somente poderá, durante uma crise, contribuir para a destruição das forças produtivas que foram movimentadas por ele. Estes exemplos são os dois fatores principais do crédito.

O sistema de crédito além de auxiliar nos aparecimentos das crises, encoraja os capitalistas a utilizarem sem dor a propriedade alheia. Nesse sentido a troca de mercadorias além de agravar as crises, auxilia no seu aparecimento e extensão. O sistema de crédito torna as crises mais graves e faz do sistema de trocas um mecanismo muito complexo e artificial. Afirma ainda Luxemburgo que o sistema de crédito em vez de atenuar as crises, torna-se um agente poderoso, na sua proliferação.

Sendo a função específica do sistema de crédito a correção de tudo que o capitalismo tem em sua rigidez, fazendo ter certa elasticidade. Tentar tornar as forças capitalista extensivas, relativas e sensíveis era para ser seu objetivo, mas como foi supracitado este na prática não atua desta maneira. E inevitavelmente este somente consegue promover e intensificar as crises as quais existem como um “[...] como o choque periódico entre as forças contraditórias da economia capitalista”(LUXEMBURGO, 1986, p. 05).

Conduzindo a outro problema, na qual indaga Luxemburgo, como pode aparecer o crédito como um fator de adaptação do capitalismo. A autora diz imaginando de qualquer forma esse tipo de adaptação, a sua função só poderá fundamentar-se para reduzir qualquer antagonismo capitalista e assim resolver ou minimizar uma contradição. Nesse sentido pode-se dizer que “[...] se existe um meio para agudizar no mais alto grau as contradições do capitalismo actual [sic], esse meio é exactamente [sic] o crédito”(LUXEMBURGO, 1986, p.5). O sistema de créditos parece ser algo bom para capitalista, mas é o vilão que agrava as crises em vez de atenuá-las, ainda que suas funções na teoria pareçam dizer o contrário.

O sistema de crédito traz para o sistema capitalista diversas formas de agravamentos.

Agrava a contradição entre a produção e a troca, favorecendo no máximo a tendência expansionista da produção, paralisando a troca na primeira ocasião. Agrava a contradição entre a apropriação e a propriedade, separando a produção da propriedade, transformando o capital em capital social, mas por outro lado, dá a uma parte do lucro a forma de interesse do capital, reduzindo-a a um simples título de propriedade. Agrava a contradição entre as relações de propriedade e as relações de produção, expropriando um grande número de pequenos capitalistas e concentrando forças produtivas consideráveis nas mãos de alguns. Agrava a contradição entre o carácter social da produção e o carácter privado da propriedade capitalista, tornando necessária a intervenção do Estado na produção (criação de sociedades por acções [sic])(LUXEMBURGO, 1986, p. 05).

O sistema de crédito como se pode analisar provoca um turbilhão de agravamentos durante as crises cíclicas existentes no sistema capitalista.

Então o crédito não tem em si nenhum modo de adaptação do capitalismo. Segundo a autora “[...] o crédito só consegue reproduzir as contradições polares do capitalismo”(LUXEMBURGO, 1986, p. 05). Contribuirá então para o seu enfraquecimento e desmoronamento. Luxemburgo indaga então que por haver um viés revolucionário, pode-se dizer então que se o crédito inspira um plano de reforma mais ou menos de espírito socialista. Levando em consideração que o crédito em vez de atenuar as crises, as aglutina.

Ao examinar de perto o segundo fator de adaptação da produção do sistema capitalista, que são as organizações patronais Luxemburgo aponta que tais associações patronais não podem deter a anarquia capitalista. Porque a natureza das fusões torna isso impossível. Ainda que Bernstein afirme que tais associações deveriam impedir o surgimento das crises, estas estão longe de deter com a anarquia.

Ainda se conhece pouco sobre o desenvolvimento das fusões sobre suas várias consequências econômicas. As fusões como o crédito, para a autora, “[...] aparecem como fases bem determinadas do desenvolvimento [...]” (LUXEMBURGO, 1986, p. 06). Conclui a autora que em uma análise final, esta apenas contribui para o aumento da anarquia do mundo capitalista. As fusões causam também agravamentos: como o antagonismo entre modo de produção e modo de troca.

A autora indaga sobre as concepções defendidas por Bernstein, como por exemplo, a não eliminação da anarquia pelo sistema de crédito, concentrações etc. e como pode se explicar que durante duas décadas não tenha havido nenhuma crise comercial. E

continua indagando a autora, então se não houve crise o sistema capitalista deve ter se adaptado as necessidades da sociedade, sendo isto contrário a análise feita por Marx.

E a resposta de Rosa aparece como indagação. Foi quando em 1898 Bernstein colocava a teoria marxista das crises entre as ideias antigas que ocorreu a crise geral em 1900. E assim a teoria de adaptação do capitalismo foi desmentida por Luxemburgo.

A exemplo de três crises ocorridas nos meios capitalistas, Rosa afirma que “nesses três casos, são as diferentes e novas formas de expansão da economia capitalista, a criação das novas bases do desenvolvimento capitalista que estão na origem das crises”(LUXEMBURGO, 1986, p. 07). As crises que ocorreram (1825, 1836 a 1839 e 1837) foram para o capitalismo maus investimentos que ocasionaram tais conflitos.

A autora considera que o caráter decenal de formação das crises é um acaso. O esquema exposto por Marx e Engles explica as crises, na medida em que mostram seu mecanismo interno, suas causas profundas. Não importando que essas crises se repitam em um período de intervalo exato, mas sim que tais crises demonstraram a inexistência da teoria bernsteiniana na medida em que elas ocorreram com maior impacto nos países onde os fatores de adaptação estavam mais desenvolvidos.

No terceiro tópico da primeira parte “A Realização do Socialismo pelas Reformas sociais” Rosa aponta que Bernstein recusando a “teoria da catástrofe” rejeita a derrocada do capitalismo como via histórica para assim chegar à realização da sociedade socialista. Sabe-se que Bernstein acreditava que as reformas sociais deve ser o objetivo principal para a classe operaria, descartando assim a revolução como o objetivo final para ser ter uma sociedade socialista. Aqui percebemos a ideia reformista do capital defendida por Bernstein.

Fazendo alusões sobre essa questão, Rosa parte da ótica de Conrad Schmidt que entende que a luta sindical e política seria para restringir o controle do proprietário do capital, colocando-o como simples administrador. “Em resumo, os sindicatos, as reformas sociais e, acrescenta Bernstein, a democratização política do Estado, são os meios para realizar progressivamente o socialismo”(LUXEMBURGO, 1986, p. 08). Algo que foi muito bem explicado por Bernstein foi o papel dos sindicatos, levando em conta segundo o autor à contribuição deste para o estabelecimento do socialismo³.

³ Pode-se ler este assunto ainda nas páginas 08 e 09.

Conrad Schmidt entendia que o sindicalismo estava em um estado inicial fraco. Levando em conta que toda transformação técnica não está a favor dos interesses dos operários, mas torna seu trabalho mais penoso e árduo. Levando em conta a situação inerte dos sindicatos para mudanças no paradigma da produção capitalista. Para o autor este só poderia ordenar “[...] a atitude de cada grupo operário directamente[sic] interessado, por consequência opondo-se necessariamente às inovações.”. Tendo simplesmente uma influência reguladora, os sindicatos lutavam para o aumento dos salários da classe trabalhadora e redução da jornada de trabalho.

Tendo a teoria da realização progressiva do socialismo através de reformas, esta para os sociais liberais, implica certo grau de desenvolvimento. E segundo Conrad Schmidt no futuro reduzirá os direitos do proprietário do capital, no qual irá se tornar um simples administrador. A teoria inventada por Schmidt, a “expropriação progressiva”, considerava ele que o direito da propriedade se dividia em direito supremo de propriedade e direito de usufruto. O último tendia nas mãos de capitalistas a mera redução a simples gestão da empresa.

[...] a sua teoria da “expropriação progressiva” do capital, caracteriza a sociedade feudal baseada na economia natural: a repartição do produto social entre as diferentes classes da sociedade praticava-se naturalmente e fundamentava-se nas relações pessoais do senhor feudal com os seus vassallos. Em compensação, a passagem à produção mercantil e a dissolução de todas as ligações pessoais entre os diversos participantes no processo de produção reforçou as relações entre o homem e a coisa, quer dizer a propriedade privada(LUXEMBURGO, 1986, p. 10).

A dissolução como foi supracitado marcou a mudança de paradigma do modo de produção. As relações pessoais ainda que não fossem as melhores se extinguíram com essa mudança ocorrida para o sistema de produção capitalista. O que torna mais importante o lucro nesse contexto. Em síntese “[...] A propriedade capitalista, que era um direito sobre os produtos do seu próprio trabalho, transforma-se crescentemente num direito de apropriação do trabalho dos outros”(LUXEMBURGO, 1986, p. 10). Nasce então, a exploração da força de trabalho.

O esquema histórico de Schmidt, para Rosa torna-se um regresso ao sistema de economia feudal. É visto por outra focagem, “o controlo social” proposto por ele não é para a limitação da sociedade capitalista, mas sim para sua proteção.

E no quarto tópico sobre “A política Alfandegária e o Militarismo”, Rosa aponta que Bernstein afirma que a segunda condição para a realização sucessiva do socialismo seria a transformação do Estado em sociedade. Na medida em que se tornou comum afirmar que o Estado atual é um Estado de classe. A vitória política ganhou pela burguesia que modificou o Estado, tornando-o capitalista. E o progresso do capitalismo causou mudanças profundas no caráter do Estado. E o Estado como se afirma no texto, é uma “[...] organização da classe capitalista dominante”(LUXEMBURGO, 1986, p. 11).

Nesse sentido a política alfandegária e o militarismo exercem uma função muito importante na história do capitalismo, que também é considerado progressivo e revolucionário. Porque a política alfandegária serve “[...] para favorecer a concorrência de um grupo nacional de capitalistas contra outro grupo nacional”(LUXEMBURGO, 1986, p. 12). E trazendo a questão histórica e real sobre o militarismo, constata-se a guerra contribuiu para o desenvolvimento capitalista. Pois o capitalismo deve seu primeiro impulso às guerras; independente do resultado.

O militarismo tornou-se um aliado muito importante para o capitalismo. Porque,

[...] 1º, serve para defender os interesses nacionais em concorrência com outros grupos nacionais; 2º, constitui um campo privilegiado de investimento tanto para o capital financeiro como para o capital industrial; e 3º, no interior é útil para assegurar o seu domínio de classe sobre o povo trabalhador e todos os interesses que, em si, nada têm de comum com o progresso do capitalismo (LUXEMBURGO, 1986, p. 12).

Tornando-se uma doença, afirma Rosa, o militarismo é o militarismo do capitalismo. O Estado coloca-se ao lado dos interesses da burguesia e conseqüentemente contra o desenvolvimento social.

No tópico 5 “*Conseqüências Práticas e Caráter Geral do Revisionismo*”, Luxemburgo retoma as afirmações feitas ainda no primeiro capítulo. Ao dizer que a teoria de Bernstein tenta transformar o programa socialista em uma base idealista, ao tentar tirar sua base material.

Segundo a teoria revisionista diz que a conquista do poder político é impossível. E que a luta sindical e parlamentar deve ser somente exercitada para conseguir objetivos que visem melhorar a

situação material dos operários. Como também a redução da exploração e a extensão do “controle social”.

Sabendo que o socialismo não irá surgir de imediato com as lutas do cotidiano. Este surgirá das intensidades das contradições internas do capitalismo e da consciência da classe operária. Nesse sentido argumenta Luxemburgo que “[...] Negar umas e recusar outra, como o faz o revisionismo, acaba por transformar o movimento operário numa simples associação corporativa reformista, conduzindo-o automaticamente [sic] a abandonar a perspectiva de classe” (LUXEMBURGO, 1986, p. 15). Assim, com o revisionismo não protege as posições do capitalismo, também muito menos nega suas contradições.

Bernstein acredita que as crises são iminentemente desfavoráveis para o capital. Para ele a desapareição das crises gera uma alavancada no sistema capitalista. Mas na verdade isto causaria um impulso. A necessidade das crises no sistema na verdade contribui, para o investimento de novos capitais. Para Bernstein o renascimento dos pequenos capitais é para ele a paragem do desenvolvimento normal do capital.

Luxemburgo conclui essa primeira parte, dizendo que a teoria de Bernstein tem erros de análise econômica. E que os erros dessa escola baseia-se num mal entendido. E que a tentativa dessa teoria é reacionária.

PARTE II

No primeiro tópico “O desenvolvimento econômico e o socialismo”, Rosa destaca que “Bernstein contesta a existência, na sociedade actual [sic], desses fundamentos econômicos do Socialismo”(LUXEMBURGO, 1986, p. 17). Trás ainda afirmações do livro de Bernstein, no qual os dados contidos lá dizem que o número de acionistas cresceram e que por consequência a classe capitalista também. Luxemburgo se surpreende em como Bernstein reconhecia pouco os documentos existentes e que os utilizava mal para defende sua tese.

Refuta as afirmativas de Bernstein, ao dizer que qualquer pessoa que conhece a história das sociedades por ações na Alemanha sabe que o capital inicial por cada empresa diminui com frequência.

Mas então o que significa a estatística de Bernstein ao afirma que o número de acionistas cresce tanto, questiona Luxemburgo.

[...] Prova simplesmente que hoje uma empresa capitalista não corresponde, como outrora, a um único proprietário do capital, mas a um número cada vez mais considerável de capitalistas e que, por consequência, a noção económica [sic] do “capitalista” não dissimula um indivíduo isolado, significa que o actual[sic] capitalista industrial é uma pessoa colectiva [sic] composta por centenas ou mesmo milhares de indivíduos, e que a própria categoria capitalista tornou-se, nos quadros da economia capitalista, uma categoria social, que se socializou(LUXEMBURGO, 1986, p. 18).

Ainda que se pareça confuso, a autora esclarece que aparentemente Bernstein acredita que a classe capitalista está crescendo por haver mais acionistas. Mas não é bem assim, a classe “capitalista” está em coletividade. Daí é importante lembrar que Marx via uma supressão da propriedade capitalista, acreditava nessa ideia. Então, segundo Rosa o erro de Bernstein encontra-se na sua compreensão capitalista abrange uma unidade física e por capital. Ele não compreende o fator de produção, somente a fortuna em dinheiro. Por isso que Bernstein vê que a realização do socialismo será pela transformação dos pobres em ricos, ou seja, pela atenuação dos antagonismos. Então aposta numa via do pequeno-burguês. No final desse tópico Luxemburgo traz afirmações de Bernstein no qual ele nega os antagonismos capitalistas e confessa que acredita que o socialismo é nada mais que “sobrevivência do utopismo”.

No segundo tópico da parte II, intitulado “Os sindicatos, as cooperativas e a democracia política”. Logo no início Luxemburgo reafirma o que foi supracitado no primeiro tópico da parte II, que o socialismo de Bernstein visa transformar os pobres em ricos, ou seja, que eles participem da riqueza social, mas essa participação lembre-se, não é a de divisão social da riqueza e sim da acentuação da contradição capital e trabalho.

A autora ao trazer as reflexões do livro de Bernstein mostra que os elementos que respondem como o socialismo defendido pelo mesmo, ou seja, o socialismo de transformar os pobres em ricos é reformismo e antissocialista. Esse segundo Bernstein, será realizado por dois meios, sendo “[...] pelos sindicatos ou, como diz, pela democracia econômica e pelas cooperativas”(LUXEMBURGO, 1986, p. 21).

No que se refere às cooperativas, Luxemburgo diz que estas não podem interferir em uma reforma social mais geral. E tal reforma “[...] implica a supressão do mercado mundial e o parcelamento da actual [sic] economia mundial em pequenos grupos de produção e de troca localizados”(LUXEMBURGO, 1986, p. 22). A realização do

socialismo revolucionário seguindo essa perspectiva fica inviável, porque “[...] uma reforma socialista baseada no sistema das cooperativas abandona a luta contra o capital da produção [...]” (LUXEMBURGO, 1986, p. 22). E foca somente o olhar para os capitais médios e pequenos, ou seja, para os troncos do capitalismo. Deixando de lado o setor de produção fundamental.

Já os sindicatos, para Bernstein eles também são outro meio de lutar contra a exploração capitalista. Refutando tal questão, Luxemburgo logo diz que já provara anteriormente que os sindicatos são incapazes de estabelecer o domínio da classe operária no processo da produção. Porém destacaremos o que Bernstein propôs para que os sindicatos ajudassem nessa transformação dos pobres em ricos. Bernstein atribui aos sindicatos um papel reservado para auxiliar na emancipação da classe operária. Nessa luta são os sindicatos que devem por uma trava na taxa de lucro industrial. Luxemburgo diz que os sindicatos não têm nenhum poder para isso; e é somente uma defesa organizada pela força do trabalho.

Destaca duas razões para isto. Em síntese, primeiramente a tarefa de organização que deve ser realizada pelos sindicatos é constantemente ultrapassada por uma proletarização das classes médias; com o surgimento de novos recrutas. Segundo ainda que eles tenham o objetivo de melhorar as condições de existências, aumentando a riqueza que vai para o proletariado; isto não ocorre por causa do aumento da produtividade do trabalho.

Nesse sentido, Rosa dizia que para que os sindicatos pudessem reduzir os lucros industriais em favor do salário, deveriam então:

1º. Que cesse a proletarização das classes médias e o crescimento numérico da população operária. 2º. Que a produtividade do trabalho deixe de aumentar; no caso de essas condições sociais serem realizadas, tratar-se-ia ainda aqui – tal como para a economia cooperativa de consumo – de um retorno a uma economia anterior ao capitalismo (LUXEMBURGO, 1986, p. 22).

Os dois meios de lutas contra a exploração do capital são irrealizáveis, não podendo transformar o modo de produção do capitalismo, nisso que acredita Rosa. Ainda que tivesse mais ou menos consciência dessa constatação, ela buscou “introduzir” um modo de repartição *mais* justa. O que o levou a lutar contra o modo de produção capitalista. E assim pensa que ao combater o modo de repartição, aos poucos irá se estabelecer um modo de produção socialista.

Rosa Luxemburgo compara a ideia de transformação através

de reformas sociais Bernstein à ideia de *cavaleiros de Dom quixotes* que queriam mudar o mundo, porém voltaram decepcionadas pela *não transformação*.

O terceiro tópico “*A conquista do poder político*”, verifica-se que surge uma indagação. Será que a evolução da democracia poderia pôr tornar impossível a conquista do poder político pelo proletariado. Diz Bernstein que na história tanto a reforma legal e a revolução põem-se em marcha por motivos poderosos, mais que os cálculos das vantagens.

Luxemburgo diz que a conquista do poder político sempre objetivado pelas classes ascendentes. Sobre a reforma legal e a revolução diz que são “[...] factores [sic] diferentes da evolução da sociedade classista” (LUXEMBURGO, 1986, p. 26). No quais ambas se completam reciprocamente. Elas se distinguem pelo seu conteúdo.

A reforma legal é uma forma mais lenta. Não visa o poder político e procura edificar uma nova sociedade, contentando-se com modificações sociais da antiga sociedade. O revisionismo é assim. Não busca o socialismo, mas reformar o capitalismo atenuando seus abusos em vez de aboli-lo. Esse é o sentido da revolução para Rosa Luxemburgo, buscar superar o capitalismo.

E a ascensão da burguesia teve auxílio das reformas legais. Na medida em que estas “[...] serviram para a preparar e para a introduzir”(LUXEMBURGO, 1986, p. 27). E depois “[...] Em regra, foi necessária uma revolução política e social para abolir a servidão e para suprimir o feudalismo”(LUXEMBURGO, 1986, p. 27). Nesse sentido no livro explica que é impossível haver transformações das relações de tipo capitalista pelas reformas legais, porque ainda assim estas respeitaram o seu fundamento burguês. Quando a autora afirma que a evolução do capitalismo oscila entre suas contradições. No campo da política, por exemplo, ainda que se diga que exista um “Estado popular”, isto é uma dos antagonismos presentes. Porque ainda assim terá um viés do parlamentarismo burguês.

Sobre a importância da democracia para a classe proletária, pode-se constatar que:

[...] é indispensável porque é lutando pela democracia e exercendo os seus direitos que o proletariado terá consciência dos seus interesses de classe e das suas tarefas históricas. [...] a democracia é indispensável, não porque torne inútil a conquista do poder político pelo proletariado; pelo contrário, torna necessária e simultaneamente [sic] possível a conquista desse poder (LUXEMBURGO, 1986, p. 28).

Pode-se perceber que o exercício da democracia visto por Luxemburgo é uma etapa fundamental para a consciência da classe trabalhadora. Torna-se uma ferramenta para a conquista do poder político. E esta conquista é necessária, já diziam Marx e Engels. Nesse sentido visa-se então uma democracia ampla e não somente para uma minoria. Aqui concordamos com Rosa no sentido da defesa da democracia, em um estado soberano essa se faz essencial, pois garante justiça social.

E no final desse terceiro tópico no qual logo argumenta sobre a conquista “prematura” do poder político pelo proletário. Que é afirmado que é durante a crise política na qual acompanha a conquista do poder, durante longas lutas, que o proletariado irá adquirir maturidade suficiente para obter a vitória da revolução. Ou seja, os *assaltos prematuros*⁴ tanto temidos por Bernstein, para Luxemburgo são essenciais.

No quarto tópico dessa parte II, intitulado “A derrocada”, Luxemburgo nos chama a atenção para o fato que Bernstein reforça a teoria do desmoronamento do socialismo. E por esse motivo ele abandona toda sua concepção socialista.

Bernstein defende a tese sobre o “princípio cooperativo”, no qual diz que este deve ser o objetivo do movimento proletário. Propõe ele a reforma do comércio. Logo refuta a ideia de Luxemburgo que diz que o sistema cooperativo somente pode ser desenvolvido no interior de um governo capitalista. Nesse trajeto dos abandonos realizados por Bernstein; renuncia a concepção materialista da história; e toda a teoria econômica de Marx. E além de abandonar a luta de classe, prega uma conciliação com liberalismo burguês. No final das contas ele nega a própria existência de uma sociedade de classes.

Bernstein foi montando o seu sistema com concepções de vários pensadores, porém aos poucos foi se contradizendo no que referiu ao socialismo científico. Assim sendo, salientamos que “O que Bernstein julga ser a sua ciência, a sua democracia, a sua moral

⁴ Bernstein temia que o proletariado chegasse muito cedo ao poder e fosse derrotado; diz a autora ocorrendo isto, Bernstein diria para o proletariado, se as circunstâncias o levassem a isso, para “ir-se deitar”. Negando a classe assim a sua luta na hora mais decisiva. Sua doutrina condena o proletariado. Para Luxemburgo ainda que fosse de forma prematura a conquista do poder político, constituem-se fatores históricos relevantes. Assim, o proletariado só conquistará o poder de forma prematura, digamos assim, pois o Estado nunca dará brechas para uma forma passiva. E essa conquista “antecipada” levará, teoricamente, para uma conquista definitiva. Pode-se entender mais sobre a questão ao lê-se na página 29.

universal, tão impregnada de humanismo, é simplesmente a moral da classe dominante, quer dizer, a ciência, a democracia e a moral burguesas.”(LUXEMBURGO, 1986, p. 31). Ele somente reproduz e defendi o pensamento burguês.

Chegamos ao quinto e último tópico da Parte II, “*O oportunismo na teoria e na prática*”. Aqui Luxemburgo reflete e refuta o livro de Bernstein que traz em si as correntes oportunistas da social democracia. As tendências oportunistas estavam presentes há muito tempo no interior do movimento socialista. O oportunismo sofreu muitas derrotas, a cada sua tentativa de ação na prática. E assim para se opor aos princípios do socialismo científico, buscou-se construir sua própria teoria. E o sistema de Bernstein foi uma tentativa para isso. Tal doutrina serviu para a legitimação científica do oportunismo. Contudo, ressalta Luxemburgo que “[...] o oportunismo não está à altura de construir uma teoria positiva que resista, um mínimo que seja, à crítica”(LUXEMBURGO, 1986, p. 32). Ele somente é capaz de atacar alguns princípios da doutrina de marxista. Porém, como a doutrina de Bernstein encontrou bases teóricas, o oportunismo acaba por atacar todo o sistema.

É importante ressaltar que “Isso prova igualmente que o oportunismo é incompatível com o socialismo em geral; a sua tendência intrínseca é orientar o movimento operário para a via burguesa, ou dito de outra maneira, paralisar completamente a luta de classes proletária”(LUXEMBURGO, 1986, p. 32). E os componentes da doutrina de Bernstein estão em um plano muito antes do socialismo de Marx.

Ressalta Luxemburgo, depois “da evolução da luta de classes” e também das “condições sociais” na Alemanha não pode existir outro socialismo, que não seja o socialismo marxista. E muito menos outra luta de classes socialistas que não seja a da social democracia.

Rosa Luxemburgo buscou no decorrer da sua obra refutar totalmente a doutrina de Bernstein através da teoria marxista. Pode-se concordar que com seus argumentos sistematizados conseguiu realizar tal objetivo teórico. Rosa ao ser assassinada, por fins político parece ser lembrada na morte de Marielle Franco, também morta por fins políticos e de defesa de uma sociedade democrática, socialista e para todos e todas.

Recebido em 12/09/2019
Aprovado em 21/10/2019

